



AMLAI

Autoridade de Monitoramento
da Lei de Acesso a Informação



RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DA LEI N.º 12.527/2011 – 2024

Sumário

Apresentação	3
Transparência Ativa	4
Benefícios da Transparência Ativa	5
Instrumentos de Transparência Ativa	5
Transparência Passiva	7
Importância da Transparência Passiva	7
Funcionamento na Prática	8
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	8
Localização e horário de funcionamento	8
Equipe	9
Canais de Atendimento	9
Histórico dos Pedidos de Informação	9
Pedidos de Acesso à Informação – 2024	10
Assuntos mais demandados	11
Resposta com as informações do sítio eletrônico da Sudeco	12
Tempo Médio de Resposta	12
Avaliação e Perfil do Usuário do SIC	13
Plano de Dados Abertos (PDA)	15
Princípios do PDA	15
Objetivos do PDA	16
Implementação e Monitoramento	16
PDA – Dificuldades Enfrentadas	17
Providências Solicitadas	18
Ações da AMLAI	18
Considerações Finais	20

Apresentação

A Lei n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentou o acesso à informação no Brasil, garantindo que cidadãos e entidades brasileiras possam solicitar dados produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com base no interesse público ou particular.

Desde sua entrada em vigor, a LAI trouxe instrumentos e competências essenciais para assegurar o direito de acesso à informação, transformando a relação entre cidadãos, governo e a administração pública. Embora ainda enfrente desafios em sua implementação em outras esferas federativas, a LAI rompeu com a lógica do sigilo na Administração Pública brasileira, estabelecendo, em seu artigo 3º, inciso I, que a publicidade deve ser a regra, e o sigilo, a exceção.

Além de reduzir o número de pedidos de acesso, a divulgação proativa de dados por iniciativa da Administração Pública reforça a ideia de que, embora os documentos estejam sob posse do governo, a sociedade é a legítima proprietária da informação pública. Ainda que, em determinados casos, alguns dados sejam temporariamente sigilosos, o direito de acesso à informação permite que o cidadão exerça o controle social, o que pode ocorrer por meio da transparência ativa ou passiva.

Para regulamentar a LAI no âmbito do Governo Federal, foi editado o Decreto nº 7.724/2012, que detalha procedimentos, prazos e exceções para sua aplicação, além de esclarecer questões relacionadas à divulgação proativa de informações e aos mecanismos de solicitação.

Com o objetivo de garantir uma implementação eficaz, a norma estabelece a obrigatoriedade de designação de uma autoridade de monitoramento da LAI, cujas atribuições são detalhadas em seu artigo 40:

- Assegurar o cumprimento das normas de acesso à informação, garantindo eficiência e alinhamento aos objetivos da Lei;
- Monitorar a execução da LAI, apresentando relatórios periódicos sobre seu cumprimento;
- Recomendar medidas para aprimorar normas e procedimentos necessários à correta aplicação da Lei;
- Orientar as unidades responsáveis sobre o cumprimento da legislação e seus regulamentos.

Em conformidade com o artigo 40, da Lei n.º 12.527/2011 e o §2º, do artigo 5º, do Decreto n.º 11.529/2023, a Sudeco, por meio da Portaria Sudeco

n.º 97/2020, designou a autoridade responsável pelo monitoramento da LAI dentro da Superintendência.

Vale destacar que o Decreto n.º 11.529/2023 instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI) e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. No âmbito da Sudeco, a transparência e o acesso à informação são conduzidos pela autoridade de monitoramento da LAI.

Este relatório apresenta um panorama geral sobre a implementação e monitoramento da LAI, trazendo informações sobre os pedidos de acesso recebidos e respondidos, recursos interpostos, disponibilização de informações via transparência ativa, dados analíticos e conformidade com a Política Nacional de Dados Abertos referentes ao ano de 2024.

Transparência Ativa

A transparência ativa é um dos pilares fundamentais da Lei de Acesso à Informação (LAI), representando a obrigação do poder público de disponibilizar proativamente informações de interesse coletivo, independentemente de solicitações específicas dos cidadãos. Esse princípio visa fortalecer o controle social, ampliar a participação popular na administração pública e garantir a integridade na gestão dos recursos públicos.

A LAI, em seu artigo 8º, estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, de forma clara e acessível, informações relevantes sobre suas atividades, estrutura organizacional, programas e despesas. O Decreto n.º 7.724/2012, que regulamenta a Lei no âmbito do Governo Federal, detalha os requisitos mínimos para essa divulgação, incluindo:

- Dados institucionais (estrutura organizacional, competências, legislação aplicável);
- Despesas públicas (orçamentos, contratos, licitações e convênios);
- Procedimentos administrativos (auditorias, prestações de contas e dados estatísticos);
- Informações sobre servidores e empregados públicos (remuneração, cargos e funções).

Benefícios da Transparência Ativa

A adoção de mecanismos de transparência ativa apresenta diversas vantagens, tais como:

- Redução da burocracia: ao disponibilizar informações publicamente, diminui-se o volume de pedidos individuais de acesso à informação.
- Maior participação social: cidadãos têm maior facilidade para fiscalizar e compreender as ações governamentais.
- Combate à corrupção: a divulgação de dados fortalece mecanismos de integridade e dificulta práticas ilícitas.
- Aprimoramento da gestão pública: órgãos públicos são incentivados a atuar com mais eficiência e responsabilidade.

Instrumentos de Transparência Ativa

Para garantir que as informações sejam acessíveis, o governo deve utilizar portais eletrônicos, boletins informativos, painéis de dados, e outros meios de comunicação eficazes. O Portal da Transparência do Governo Federal é um exemplo consolidado desse compromisso, permitindo que qualquer cidadão acompanhe, em tempo real, a aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a transparência ativa não apenas cumpre um dever legal, mas fortalece a democracia, garantindo que o direito à informação seja plenamente exercido.

Conforme os painéis apresentados na página seguinte, dos 49 itens obrigatórios estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a Sudeco já cumpre integralmente **45**. Os **4** itens remanescentes, atualmente em cumprimento parcial, foram devidamente ajustados e estão apenas aguardando a aprovação final da equipe da Controladoria-Geral da União (CGU).

CATEGORIA DO ÓRGÃO: AUTARQUIA ESPECIAL

TRANSPARÊNCIA ATIVA

AVALIADOS: **49 / 49**

CUMPRIDOS: **45**

RANKING DE CUMPRIMENTO

202 / 321

ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA AVALIADOS



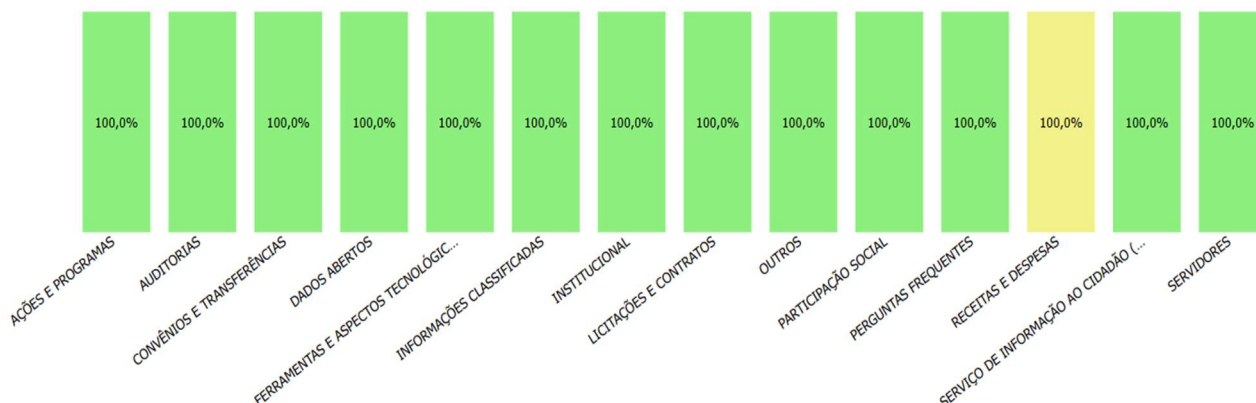
Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

CUMPRIMENTO POR ASSUNTO

CUMPRIMENTO POR ITENS

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

● Cumpre ● Cumpre Parcialmente



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

Transparência Passiva

A transparência passiva é um dos mecanismos previstos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), garantindo que qualquer cidadão possa solicitar informações públicas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Esse direito permite o acesso a dados que não estão disponíveis proativamente, reforçando o princípio da publicidade e o dever do Estado de fornecer informações de interesse coletivo.

Conforme estabelecido no artigo 10, da LAI, qualquer pessoa, sem necessidade de justificativa, pode solicitar informações aos órgãos públicos. O Decreto n.º 7.724/2012 detalha os procedimentos para essas solicitações, incluindo:

- Formas de pedido: presencialmente, por meio eletrônico ou via correspondência.
- Prazo de resposta: até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa.
- Gratuidade: o acesso à informação é gratuito, salvo custos de reprodução de documentos.
- Recurso: em caso de negativa ou resposta insatisfatória, o solicitante pode recorrer administrativamente.

Importância da Transparência Passiva

A transparência passiva fortalece o controle social, garantindo que cidadãos, pesquisadores, jornalistas e entidades da sociedade civil possam acessar informações governamentais para fiscalizar a gestão pública. Esse mecanismo contribui para:

- Fortalecimento da cidadania, permitindo maior participação na administração pública;
- Combate à corrupção, assegurando maior fiscalização e prestação de contas;
- Aprimoramento das políticas públicas, por meio da análise e uso de dados para decisões estratégicas.

Funcionamento na Prática

Para garantir o atendimento eficiente dos pedidos de acesso, órgãos e entidades públicas devem:

- Manter canais de atendimento estruturados, como sistemas eletrônicos ou setores responsáveis;
- Designar uma autoridade de monitoramento da LAI, conforme previsto no artigo 40, do Decreto n.º 7.724/2012, para garantir que os pedidos sejam processados corretamente;
- Disponibilizar formulários claros e acessíveis, permitindo que qualquer cidadão possa solicitar dados sem dificuldades burocráticas.

Em suma, a transparência passiva complementa a transparência ativa, garantindo que informações públicas cheguem ao cidadão, independentemente de sua prévia divulgação. Esse mecanismo assegura o pleno exercício do direito de acesso à informação, fortalecendo a governança democrática e a gestão responsável dos recursos públicos.

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informações ao Cidadão foi instituído em cumprimento do art. 9º, da Lei nº 12.527/2011, é responsável pela recepção e tratamento dos pedidos de acesso à informação produzida e/ou custodiada pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

A Ouvidoria da Sudeco está responsável por coordenar as atividades do SIC, conforme inciso XII, art. 29, da Resolução Sudeco n.º 137/2022 – Regimento Interno da Sudeco.

Localização e horário de funcionamento

O SIC da Sudeco está localizado no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 20º andar – Brasília/DF. O horário de funcionamento é de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, exceto feriados.

Equipe

Maria Angélica Aben-Athar – Ouvidora

Kainã Ferreira – Agente Administrativo



Victor Hugo Paixão - Assistente Administrativo – Nível I

Rian Penha – Estagiário

Canais de Atendimento

Com a finalidade de facilitar o acesso de todos os cidadãos, disponibilizamos os seguintes canais para atendimento do SIC:



 Pessoalmente ou por carta 

Atendimento Presencial: Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1, Bloco “F”, Edifício Palácio da Agricultura, 20º andar - Brasília/DF.

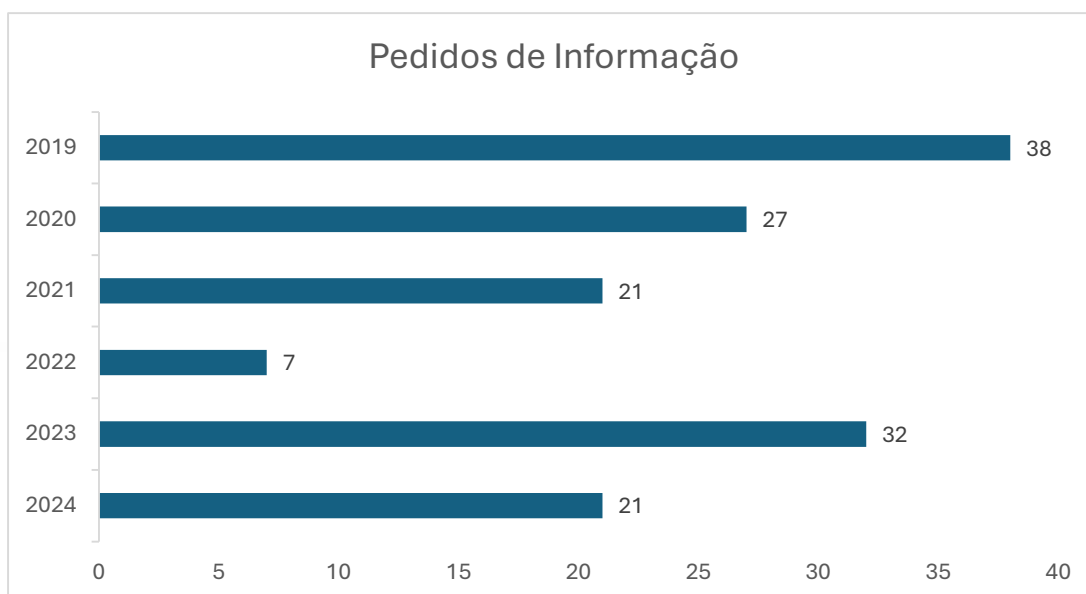
Para orientações e/ou esclarecimentos de dúvidas:

Telefones: 55 61 3251-8506 / 3251-8511

Histórico dos Pedidos de Acesso à Informação

O gráfico na próxima página apresenta a evolução dos pedidos de informação atendidos pelo SIC no período de 2019 a 2024. Observa-se uma redução no número de registros entre 2019 e 2022. Em 2023, houve um aumento significativo impulsionado pelas eleições municipais, sendo "convênios" o tema

mais demandado no período. Já em 2024, a quantidade de pedidos voltou a diminuir, indicando que os cidadãos passaram a encontrar as informações desejadas diretamente no portal da Autarquia, disponível em gov.br/sudeco.



Fonte da Informação: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)

Pedidos de Acesso à Informação e Recursos – 2024

Em 2024, recebemos **21** pedidos de informação, sendo o canal utilizado o Fala.BR. Em relação aos recursos, é importante ressaltar que todos os **4** foram apresentados por um único cidadão e indeferidos, uma vez que esta Autarquia respondeu adequadamente e buscou solucionar as dificuldades apresentadas. Destaca-se que os recursos foram distribuídos da seguinte forma: **2** em primeira instância, **1** em segunda instância e **1** em terceira instância.



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

Assuntos mais demandados

A tabela abaixo apresenta, organizados por ano, os temas mais recorrentes nos pedidos de acesso à informação realizados entre 2019 e 2024. Cabe destacar que os pedidos de informação frequentemente possuem assuntos centrais e que um mesmo registro pode abranger mais de um tema, refletindo a diversidade de demandas recebidas.

Ano	Assuntos
2024	Convênios
	Contratos
2023	Convênios
	Contratos

2022	FCO
	FDCO
2021	Gestão de Pessoas
	Termo de Descentralização de Crédito (TED)
2020	Gestão de Pessoas
	Colaboradores Terceirizados
2019	Licitações e Contratos
	FCO

Fonte da Informação: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)

Resposta com as informações do sítio eletrônico da Sudeco

A divulgação de informações no sítio eletrônico da Superintendência, facilita o acesso para o cidadão, e se for registrado o pedido, a resposta será no mesmo dia, ou no máximo no próximo dia ao do registro, pois a equipe do SIC responderá com o link indicando o local em que a informação está disponibilizada. É uma vantagem para o cidadão, para as áreas da Sudeco e para a equipe do SIC.

Entre 2019 e 2024, os pedidos de informação respondidos com base nas informações disponibilizadas no site da Superintendência demonstraram uma evolução significativa. Nos anos de 2019 e 2020, o sítio eletrônico ainda não atendia às determinações do art. 8º da Lei nº 12.527/2011. O processo de adequação teve início em 2020 e segue em constante atualização.

Como evidenciado, em 2021, 14% das respostas aos pedidos de informação foram atendidas com dados já disponíveis no site. Em 2022, esse percentual subiu expressivamente para 66%. Entretanto, em 2023, caiu para 34% e, em 2024, houve nova redução, atingindo 14,29% (3 pedidos). Essa queda pode estar relacionada a desafios enfrentados na atualização do site, indicando a necessidade de reforçar esforços para melhorar a acessibilidade e a disponibilização de informações.

Tempo Médio de Resposta

Em 2024, o tempo médio de resposta aos pedidos de informação foi de aproximadamente 6,59 dias. Embora este resultado represente um aumento em relação ao tempo registrado em 2023, é inferior ao observado nos anos anteriores. Destaca-se que a disponibilização de informações no site da Sudeco desempenhou um papel essencial para agilizar o atendimento, contribuindo para uma maior eficiência no processo.

Avaliação e Perfil do Usuário do SIC

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) oferece aos usuários duas perguntas para avaliar a qualidade do atendimento:

1. A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?
2. A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

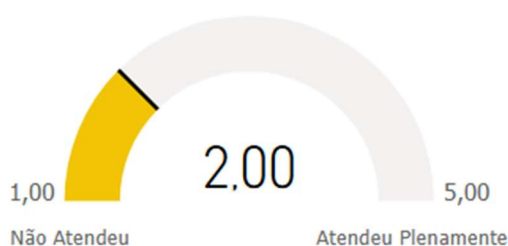
Em 2024, dos 21 pedidos recebidos, apenas 4 usuários avaliaram o atendimento de forma negativa na plataforma.

SATISFAÇÃO DO USUÁRIO [?]

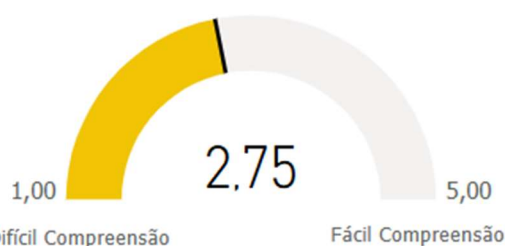
Todos

TOTAL DE RESPOSTAS: 4

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



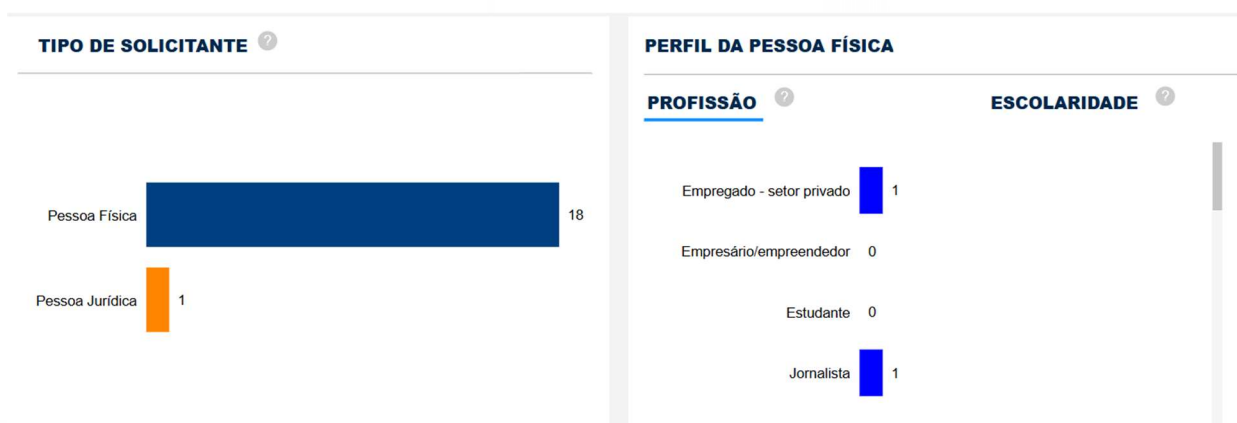
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



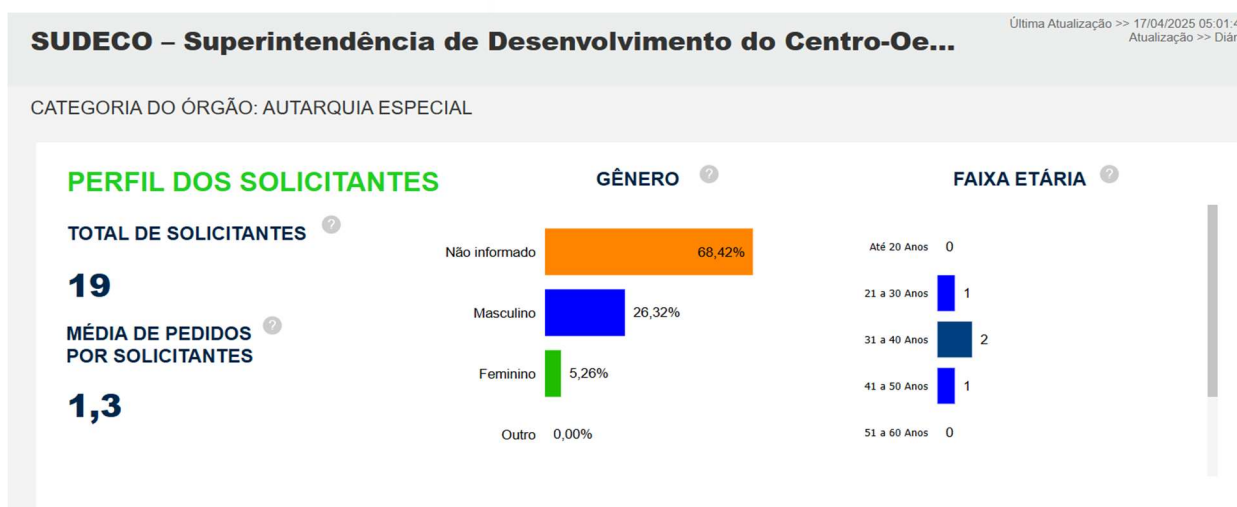
Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

Observou-se que a maioria dos usuários do SIC preenche apenas os campos obrigatórios ao registrar um pedido de informação. Conforme os painéis abaixo e na próxima página, as características do público são as seguintes:

- **Tipo de solicitante:** 18 cidadãos eram pessoas físicas e 1 pessoa jurídica.
- **Profissão:** 1 empregado do setor privado e 1 jornalista.
- **Gênero:** 26% masculino e 5% feminino.
- **Faixa etária:**
 - 1 indivíduo entre 21 e 30 anos.
 - 2 indivíduos entre 31 e 40 anos.
 - 1 indivíduo entre 41 e 50 anos.



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>



Fonte: Painel LAI – Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

Plano de Dados Abertos (PDA)

O Plano de Dados Abertos (PDA) é um instrumento essencial para a governança digital, a transparência pública e o fortalecimento da participação social. Fundamentado na Lei de Acesso à Informação (LAI), na Lei do Governo Digital e no Decreto n.º 8.777/2016, o PDA visa garantir a disponibilização sistemática de dados públicos em formato aberto, permitindo que cidadãos, empresas, pesquisadores e desenvolvedores possam acessar e utilizar informações governamentais para gerar conhecimento, inovação e soluções tecnológicas.

A Lei n.º 12.527/2011 (LAI) estabelece que o acesso à informação é um direito fundamental, determinando que a publicidade seja a regra e o sigilo, a exceção. Já a Lei n.º 14.129/2021, que trata do Governo Digital, reforça a necessidade de modernização da administração pública, incentivando a transformação digital dos serviços públicos e a interoperabilidade dos sistemas. O Decreto n.º 8.777/2016, por sua vez, institui a Política de Dados Abertos, orientando a abertura de bases de dados públicas e a elaboração dos Planos de Dados Abertos pelos órgãos da Administração Pública Federal.

Princípios do Plano de Dados Abertos

O PDA segue diretrizes fundamentais para garantir a eficácia e utilidade dos dados abertos, entre elas:

- **Transparência e Publicidade** – Os dados públicos devem ser acessíveis a todos, salvo exceções previstas na legislação.
- **Acessibilidade e Compreensão** – As informações devem ser disponibilizadas em formatos abertos e legíveis por máquinas, garantindo a facilidade de uso.
- **Reusabilidade e Interoperabilidade** – Os dados devem ser estruturados de modo a permitir a reutilização por diversos setores, fomentando inovação e desenvolvimento tecnológico.
- **Eficiência e Modernização** – A disponibilização de dados abertos contribui para a otimização de serviços públicos e a melhoria da gestão governamental.

Objetivos do Plano de Dados Abertos

A implementação do PDA tem como principais objetivos:

- Facilitar o acesso à informação pública, promovendo maior transparência e participação cidadã.
- Estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico, permitindo que dados públicos sejam utilizados na criação de novos serviços, aplicativos e pesquisas.
- Ampliar a interoperabilidade dos sistemas governamentais, garantindo um fluxo contínuo e eficiente de informações.
- Fortalecer o controle social, possibilitando que cidadãos fiscalizem e acompanhem as políticas públicas de forma ativa.

Implementação e Monitoramento

Para garantir a efetividade do PDA, os órgãos devem:

- Publicar regularmente bases de dados abertas em plataformas digitais.
- Promover capacitação sobre dados abertos para servidores públicos e usuários.
- Interagir com a sociedade, recebendo sugestões sobre quais dados devem ser priorizados na abertura.
- Monitorar e avaliar continuamente a aplicação dos dados abertos e seus impactos na gestão pública.

Dessa forma, o Plano de Dados Abertos se torna um instrumento essencial para uma administração pública mais transparente, eficiente e inovadora, promovendo o acesso democrático à informação e impulsionando o desenvolvimento tecnológico e social do país.



A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) publicou seu Plano de Dados Abertos (PDA) em agosto de 2023. O documento disponibilizado em transparência ativa no sítio eletrônico da Sudeco, na seção denominada "Acesso à Informação", dentro do menu "Dados Abertos", e encontra-se em fase de execução. - <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>

PDA – Dificuldades Enfrentadas

De acordo com o cronograma de abertura de bases de dados do PDA 2023-2025, conforme descrito na página 16 do Plano, a Superintendência planejou e disponibilizar sete bases de dados, sendo cinco em agosto de 2023 e duas em dezembro de 2023.

Até o momento:

- As **bases 1, 2, 3** estão sendo atualizadas regularmente.
- As **bases 5 e 6** não estão sendo atualizadas conforme a frequência publicada no PDA.
- É importante registrar que o pedido de abertura das **bases 4 e 7**, foi solicitada várias vezes, e a última foi por meio do Ofício Circular n.º 284/2024 (SEI n.º 0413392) em 11-11-2024.
- Nenhuma das bases foram catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Bases de Dados e Cronograma de Publicação

	Nome da base de dados	Mês/Ano previstos para publicação	Frequência de atualização da base	Breve descrição da base	Unidade responsável
1	Servidores e Estagiários	Agosto/2023	Mensal	Dados sobre a frequência e a forma de trabalho (presencial/remoto) dos servidores e estagiários da Sudeco.	DA
2	Capacitações	Agosto/2023	Mensal	Dados sobre as ações de capacitação realizadas por servidores da Sudeco.	DA

3	Colaboradores Terceirizados	Agosto/2023	Mensal	Dados sobre colaboradores, como nome, lotação e cargos dos terceirizados que atuam na Sudeco.	DA
4	Necessidades elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC	Dezembro/2023	Bienal	Dados sobre as necessidades de tecnologia da informação e comunicação das unidades desta Autarquia alinhadas aos objetivos estratégicos.	DA
5	Projetos – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	Agosto/2023	Mensal	Planilha contendo: valor empenhado e respectivo exercício, situação atual do pleito/projeto, valor contratado e valor liberado por exercício.	DIPGF
6	Consultas Prévia – Projeto – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	Agosto/2023	Mensal	Dados sobre o nome da empresa, UF de localização do projeto, setor/segmento de atuação da empresa, resultado da análise da Consulta Prévia.	DIPGF
7	Instrumentos de Parceria	Dezembro/2023	Trimestral	Dados sobre instrumentos de parceria cuja execução é acompanhada pela Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA da Sudeco, como nome do instrumento, número, nome do parceiro, data de vigência, objeto, data da assinatura do instrumento e valor global.	DPA

Providências Solicitadas

Dada a exigência legal de cumprimento do PDA, em 2024 foram encaminhados dois Relatórios de Execução Parcial do Plano, um em janeiro e o outro em novembro de 2024, por meio do Ofício Circular nº 15/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0376073), e o Ofício Circular n.º 284/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0413392).

Ações da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (AMLAI)

1. Foi encaminhada à Diretoria de Administração, por meio do Ofício n.º 2.500/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0410921 e n.º 0431067), uma solicitação para que o gestor do Sistema avaliasse a sugestão de aprimoramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A proposta visa corrigir uma limitação observada: quando, em um processo público, um documento é classificado como restrito, todo o processo passa a ser tratado como tal, sendo acessível apenas às unidades onde se encontra aberto. Essa sugestão busca fortalecer o Sistema, promovendo maior alinhamento às disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), assegurando a proteção de dados pessoais e ampliando a transparência de informações de interesse público.

2. Em julho de 2024, a Sudeco foi notificada pela Controladoria-Geral da União (CGU) devido ao cumprimento parcial de 25 (51%) dos 49 itens de transparência ativa. Diante disso, foi solicitado ao Gabinete da Superintendência, por meio do Ofício n.º 2.215/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0404132), e considerando as limitações operacionais da Coordenação de Comunicação Social e Marketing Institucional (ASCOM), autorização para implementar as providências necessárias para atualizar o sítio eletrônico da Sudeco conforme os itens previstos na Lei n.º 12.527/2011. Em 30 de agosto de 2024, foi encaminhado o Ofício n.º 2.472/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0410361), confirmando o cumprimento integral dos itens exigidos.
3. Além disso, por meio do Ofício Circular n.º 16/2024 – AMLAI/SUDECO (SEI n.º 0376084), disseminamos para o público interno da Sudeco informações sobre o Painel InfoAgendas, criado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Esse painel fornece um panorama dos registros de compromissos, viagens, presentes e hospitalidades dos Agentes Públicos Obrigados (APOs), com base nos dados extraídos do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas), conforme disposto no Decreto n.º 10.889/2021, que regulamenta dispositivos da Lei de Conflito de Interesses (Lei n.º 12.813/2013).



4. Em 2024, realizamos um monitoramento mensal das publicações registradas no Sistema e-Agendas pelo Agente Público Obrigado (APO), compartilhando os resultados para conhecimento e providências, conforme registrado no Processo SEI n.º 59800.000158/2024-92.

5. Para atender às determinações do Decreto n.º 10.889/2021, elaboramos e encaminhamos periodicamente às unidades da Sudeco um cartaz informativo, reforçando as diretrizes e orientações.

Considerações Finais

Desde 2019, a Superintendência tem se dedicado à modernização dos fluxos internos e à atualização das informações disponibilizadas em seu sítio eletrônico, visando ampliar o acesso à informação para o cidadão.

Conforme evidenciado ao longo deste relatório, é necessário intensificar os esforços para aprimorar a acessibilidade e a disponibilização de informações no *site* da Autarquia. Em relação ao Plano de Dados Abertos (PDA), reforça-se a importância de solicitar o apoio da alta gestão para garantir a atualização das bases definidas e o cumprimento das metas estabelecidas.

A Sudeco compreende a relevância do Serviço de Acesso à Informação como um instrumento essencial para o controle social e a participação popular na formulação e execução de políticas públicas. Os dados apresentados neste relatório reafirmam o compromisso da Autarquia com a sua missão central: servir os cidadãos da região Centro-Oeste, promovendo transparência e eficiência.

Maria Angélica Aben-Athar

Autoridade de Monitoramento da Lei n.º 12.527/2011



AMLAI

Autoridade de Monitoramento
da Lei de Acesso a Informação

